

CRESCIMENTO POPULACIONAL E CONTRADIÇÕES NO ESPAÇO URBANO. UMA ANÁLISE DA EXPENSÃO PERIFÉRICA NA CIDADE MÉDIA DE SOROCABA-SP.

Felipe Comitre

Mestrando em Geografia: Organização do Espaço – UNESP Rio Claro. Bolsista CAPES.

E-mail: felipe.comitre@hotmail.com

Alexandre Carvalho de Andrade

Doutorando em Geografia: Organização do Espaço – UNESP Rio Claro;

E-mail: andrade.a.c@uol.com.br

RESUMO

No Brasil o processo de urbanização se desenvolveu, essencialmente, a partir da década de 50, sendo influenciado pelo progresso da industrialização no país, portanto, as cidades se formaram inseridas no modo capitalista de produção, que se caracteriza por significativa desigualdade entre as classes sociais. Estas contradições, materializadas no espaço urbano, tornam-se visíveis ao realizar uma análise da estrutura urbana, isto porque, as cidades se apresentam fragmentadas, assim, cada parte do território urbano possui particularidades representadas pela abundância ou escassez de equipamentos urbanos e serviços, responsáveis por interferir diretamente no preço do solo urbano e, conseqüentemente, na apropriação do espaço pela sociedade. Deste modo, se evidencia que todas as cidades brasileiras possuem inúmeros problemas urbanos, existindo diferença apenas com relação à intensidade dos mesmos. Tal fato solidifica a necessidade de analisar e questionar as políticas públicas realizadas no espaço urbano, já que são elas que possuem significativo poder para atenuar estas contradições. Neste contexto, se elucidará sobre as conseqüências do crescimento populacional aliado a falta de políticas públicas eficientes nas cidades médias, responsáveis por estimular a expansão periférica no espaço urbano. As cidades médias paulistas possuíram grande ascensão demográfica e polarização de serviços nas últimas décadas, tornando-se, então, atrativas para os habitantes de cidades próximas, que se deslocam diariamente para estas cidades para trabalharem e também buscarem melhores condições de infraestrutura e serviços urbanos, processo este denominado de migração pendular. Visando melhor entender este processo, será considerado o município de Sorocaba como estudo de caso, pois este se caracteriza como uma cidade média, apresentando uma centralidade regional, polarizando consumidores de cidades próximas e fixando grandes empresas comerciais e de serviços. Tal atração, conseqüentemente, é responsável por afetar na dinâmica do espaço urbano, que neste caso irá questionar as estratégias adotadas pela esfera pública e privada nas transformações do uso e ocupação do solo urbano e suas interferências na reprodução das relações sociais.

INTRODUÇÃO

Para melhor compreender as dinâmicas urbanas inerentes nas cidades capitalistas, torna-se fundamental analisar seu processo de formação. Sendo assim, a Revolução Industrial apresenta destaque, podendo correlacioná-la com a gênese das cidades capitalistas, isto porque a partir deste momento, eclodiu-se um novo modo de produção, o capitalista industrial, ocasionando inúmeras mudanças socioeconômicas em seu espaço.

No cenário nacional, o processo de industrialização ocorreu tardiamente, quando comparado com os países desenvolvidos, portanto, sua urbanização também apresenta um desenvolvimento tardio, intensificando-se, especialmente, a partir da segunda metade do século XX. De acordo com Santos (1994):

“O forte movimento de urbanização que se verifica a partir do fim da segunda guerra mundial é contemporâneo de um forte crescimento demográfico, resultado de uma natalidade elevada e de uma mortalidade em descenso, cujas essências são os progressos sanitários, a melhoria relativa nos padrões de vida e a própria urbanização.” (p. 31)

Contudo, é na cidade capitalista que se evidencia as contradições existentes em uma sociedade, segundo Güell (1997) o espaço urbano é gerador de problemas relacionados à diferença na qualidade de vida entre os grupos sociais, ao trânsito congestionado, a escassez de moradia, ao desemprego ou a insuficiência de infra-estruturas de uso coletivo (água, luz, esgoto); mas, por outro lado, majoritariamente são nas cidades que as pessoas adquirem melhores condições de saúde, renda ou educação.

Estas mudanças que culminaram na consolidação da cidade capitalista geraram transformações essenciais quanto às formas de relações sociais, pois é neste contexto que se desenvolve no espaço urbano o domínio da propriedade privada da terra e dos meios de produção, ocorrendo assim, a sujeição da terra ao capital, portanto, a apropriação do solo urbano tornou-se possível exclusivamente pelo seu pagamento, isto é, o valor de uso se submeteu ao valor de troca.

Com a existência da propriedade privada do solo, o espaço urbano torna-se fragmentado, composto pela justaposição de diferentes paisagens (CORRÊA, 2001). Portanto, a estrutura urbana é dividida em partes que se diferenciam quanto suas características, pautadas na abundância ou escassez de equipamentos urbanos de uso coletivo, assim como serviços, que, conseqüentemente, causam valores distintos ao solo urbano.

Carlos (2004, p. 27) ressalta que “a existência da propriedade privada significa a divisão e parcelarização da cidade, bem como a profunda desigualdade do processo de produção do espaço urbano”. Sendo assim, cada parte da estrutura urbana se diferencia das demais, devido suas formas, funções e processos responsáveis pela sua formação. Então, a cidade torna-se um rico mosaico composto por diferentes usos e funções do solo, evidenciando as contradições entre as áreas, sendo umas voltadas para o comércio, outras para imóveis de alto padrão, já em algumas na qual se presencia a falta de

planejamento, promove-se a difusão de imóveis ilegais, portanto, é no espaço urbano que as diferenças se materializam.

As contradições socioeconômicas, portanto, são inerentes ao desenvolvimento das cidades capitalistas. Contudo, essas diferenças tornam-se mais evidentes nas grandes cidades, pois o crescimento populacional e a atração de moradores de áreas próximas interferem significativamente na estrutura urbana, pois quanto maior for o número de usuários dos serviços, necessariamente, a quantidade e qualidade destes equipamentos deve se expandir, permitindo assim, sua utilização por todos os cidadãos.

Sendo assim, são nas cidades que o processo de industrialização primeiro se desenvolveu em que serão mais notáveis os problemas nas estruturas urbanas. Pois como já foi mencionado, a industrialização fornece as bases para a urbanização, e seu avanço aliado à falta de políticas públicas eficientes originam, fatalmente, os déficits de equipamentos urbanos de uso coletivo.

As metrópoles que alcançaram expressiva industrialização, em um curto período de tempo, são as que encontram grandes desigualdades sócioeconômicas materializadas no espaço urbano. Destaque para a cidade de São Paulo, que no ano de 1960 já contava com uma população de aproximadamente 3,3 milhões de habitantes. (CLEPS, 2003).

De acordo com Martine (1995), O destino da maior parte dos migrantes foi, até a década de oitenta do século vinte, para as regiões metropolitanas, como as de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, dentre outras, devido à concentração das atividades econômicas nestes locais. Porém, Matos (2003) descreveu que no decorrer das últimas décadas houve uma mudança no padrão migratório brasileiro, que passou a se dirigir em direção as cidades médias localizadas nas regiões de dinamismo econômico, como serve de exemplo o município de Sorocaba, área de estudos do presente trabalho.

É fundamental ressaltar, porém, que o crescimento populacional, quando ocorre concomitante com a falta de planejamento, as políticas públicas ineficientes e as desigualdades sócio-espaciais, contribuem efetivamente para prejudicar a paisagem urbana e a qualidade de vida dos moradores das mais variadas cidades brasileiras. Souza (2002) descreve que “pode-se dizer que está diante de um autêntico processo de desenvolvimento sócio-econômico apenas quando se constata uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social”, o que dificilmente é atingido sem

atitudes coerentes de planejamento e ordenamento do espaço urbano, e de ações para a efetiva redução das desigualdades socioeconômicas dos moradores de uma cidade.

Este trabalho tem o objetivo de realizar uma análise da estrutura urbana e das condições socioeconômicas na cidade de Sorocaba. Neste município houve, durante as últimas décadas, notório desenvolvimento econômico e por conseqüência um considerável crescimento populacional. Porém, tais situações contribuíram para o agravamento dos impactos socioambientais em seu espaço urbano, em especial nos bairros periféricos, habitados majoritariamente por moradores com baixo poder aquisitivo.

A EVOLUÇÃO URBANA EM SOROCABA: TRANSFORMANDO-SE EM UMA CIDADE MÉDIA.

O município de Sorocaba está situado no sudoeste do estado de São Paulo, apresentando uma distância de aproximadamente 95 quilômetros da capital. Atualmente Sorocaba possui 586.311 habitantes, sendo 98,9% residentes na área urbana (IBGE, Censo Demográfico, 2010).

Relembrando um breve desenvolvimento histórico de Sorocaba, é fundamental contextualizar sua importância na produção agrícola, especialmente de algodão e do café. Com o intuito de consolidar a exportação destes produtos, foi construída, em 1875, a Estrada de Ferro Sorocabana, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da cidade, já que permitiu o avanço do escoamento destes produtos para outras localidades, em especial para a capital e o porto de Santos.

Durante o século XX, ocorreu um grande estímulo para a urbanização em Sorocaba, destacando-se primeiramente a presença da indústria têxtil e, posteriormente a fixação de indústrias de bens de consumo em seu território. Pode-se afirmar que estas fábricas ocasionaram a gênese para o crescimento econômico municipal. Contudo, deve-se salientar que estas indústrias obtiveram êxito no município devido à construção de dois eixos rodoviários, a rodovia Raposo Tavares (SP 270), em 1954 e a Castelo Branco (SP 280) em 1967, formando importantes trajetos de deslocamento de mercadorias e pessoas entre a cidade com as demais, especialmente com a capital do estado. Esta política de construção de rodovias estava em ascensão na época, permitindo a integração de várias regiões do país, como explica Santos (1994, p. 39) que “a partir

de 1960, constroem-se estradas de rodagem de primeira ordem. O Brasil passa a ser cruzado por um grande número de rodovias de boa qualidade, entre as quais um bom percentual de autopistas.”

A consolidação destas estradas de rodagens, muito freqüente na década de 1960, ocasionou o desenvolvimento de Sorocaba com base nas características nacionais da época, já que a concretização de duas importantes rodovias que interligam a cidade com a capital paulista e com outras regiões do estado e do país, fomentou e permitiu a implantação de um significativo parque industrial no município.

Vale-se destacar que o processo de desconcentração industrial estava em expansão a partir da década de 1970, sendo marcado pelo deslocamento de inúmeras indústrias da capital de São Paulo para novas áreas localizadas em outros estados, como também em regiões do interior paulista. O objetivo principal destas empresas, ao abandonarem São Paulo e se instalarem em outras áreas, consistia em diminuir os custos de produção e, obviamente, aumentar o lucro na comercialização de seus produtos, já que os valores ao produzir na capital eram mais dispendiosos, devido ao preço dos aluguéis, o valor do solo urbano e a falta de espaços para a expansão das cidades. Andrade & Serra (1998) demonstram que os fatores que influenciaram a reversão da polarização dos grandes centros urbanos para as cidades médias a partir da década de 70 foram, além dos endógenos de desenvolvimento de cada cidade:

As mudanças recentes nos padrões locacionais da indústria; as transformações mais visíveis no movimento migratório nacional; o fenômeno da periferização das metrópoles; a política governamental de atração de investimentos para as regiões economicamente defasadas. (p. 3).

Deste modo, inúmeras cidades criaram políticas visando atrair novos investimentos, promovendo incentivos fiscais e outras medidas que contribuíssem para a instalação de novas indústrias. Além disso, as cidades necessitavam se adequar com infraestrutura de qualidade nos setores de transporte, energia e comunicações, fatores estes que já estavam presentes em Sorocaba facilitando então, seu crescimento industrial.

Cleps (2003) aponta os índices de produção industrial na década de 70 no estado de São Paulo, demonstrando o avanço das indústrias em cidades do interior paulista:

Em 1970 a indústria metropolitana de São Paulo concentrava 74,7% do produto da indústria de transformação do estado, já a do interior era responsável por 25,3%. Com o “caos” urbano da área metropolitana, o acelerado crescimento dos custos de aglomeração e o fortalecimento dos

sindicatos metropolitanos, vários segmentos industriais passaram a se instalar em diversas cidades médias do interior paulista como, por exemplo, Campinas, São José dos Campos, Taubaté, Jundiaí, São Carlos, Piracicaba e Sorocaba (mais dinâmicas), e Amparo, Indaiatuba, Rio Claro, Americana, Araraquara, Santa Bárbara D'Oeste, Sumaré, Pindamonhangaba, Salto, Itu, Botucatu, entre outras. (p. 70 e 71).

O crescimento do processo de industrialização em Sorocaba provocou, simultaneamente, a evolução da urbanização em seu território, responsável por atrair grande contingente populacional do campo, das cidades próximas, assim como de outros estados. Segundo os dados do IBGE (CENSO 2000), 19% da população de Sorocaba é natural de outros estados, com destaques para os paranaenses (38,6 mil habitantes) e os mineiros (12 mil), além de alguns estados nordestinos que juntos somam 33 mil habitantes. O mapa a seguir ilustra a proporção dos imigrantes oriundos de outras cidades e estados para o município de Sorocaba, no decorrer da segunda metade da década de 80 até o ano 2000.

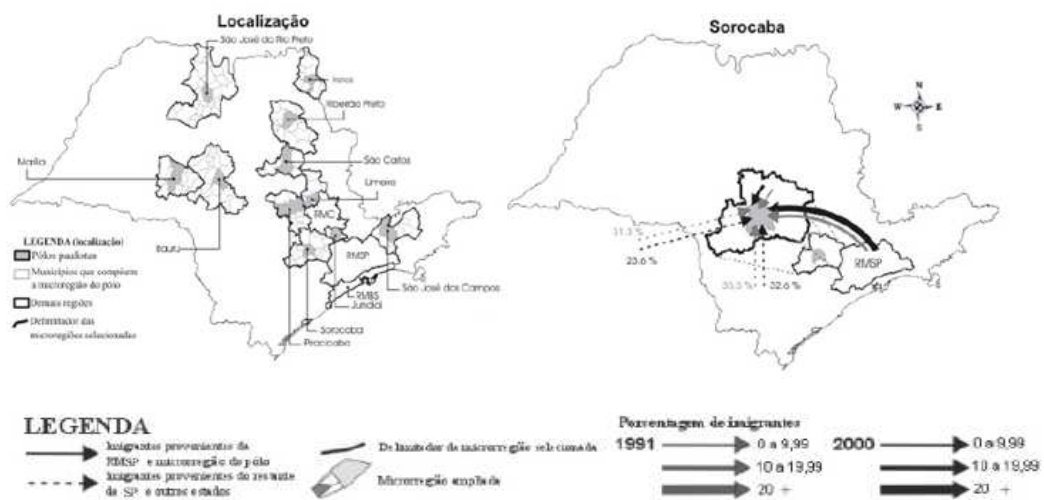


Figura 2: Distribuição proporcional da procedência dos imigrantes das cidades médias paulistas nos períodos de 1986 – 1991 e 1995 – 2000. (Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000. Elaborado por Douglas Sathler).

A expansão industrial ocorrida em Sorocaba, a partir da década de 1970, é correlata a ascensão do crescimento demográfico no município, conforme pode se verificar na tabela 1, que compara o processo de crescimento populacional no município de Sorocaba com o conjunto do estado de São Paulo.

Tabela 1: Crescimento populacional em Sorocaba e no estado de São Paulo.

1970	1991	2010	2010/1970
------	------	------	-----------

Sorocaba	175.677	379.006	586.311	233,7%
Estado de São Paulo	17.958.693	31.546.473	41.262.199	129,7%

Fonte: Censos Demográficos do IBGE.

O crescimento populacional no município foi amplamente superior, em termos relativos, ao ocorrido no estado de São Paulo. Desta forma, o processo de urbanização adquire ascensão considerável no município, simultaneamente ao crescimento de sua população urbana. A população rural, assim como de outras localidades próximas, passou a se fixar na cidade de Sorocaba, o que contribuiu para o inchaço da área urbana municipal.

Além da constante fixação de novos habitantes no município, Sorocaba é responsável por atrair diariamente a população de outras cidades para seu território, isto se justifica pela sua importância administrativa regional, assim como pela melhor oportunidade de empregos, infraestrutura e serviços. Desta maneira, a migração pendular diária de cidades próximas, como Alumínio, Votorantim, Araçoiaba da Serra, Itu e Mairinque, tornam-se frequentes em direção a Sorocaba. Tais características a fazem uma cidade média, pois, como afirma Sposito, “as cidades médias são aquelas que, numa dada divisão territorial do trabalho, são centros regionais importantes, em função de serem os elos de ligação entre cidades maiores e menores.” (2004, p. 126).

Devido ao seu desempenho socioeconômico em âmbito regional, sendo responsável pela polarização populacional, bem como de investimentos tanto públicos quanto privados, o município de Sorocaba é considerado como uma “capital regional” (IBGE, Rede de cidades brasileiras, 2007). É pertinente destacar que os aspectos exclusivamente quantitativos não são considerados como variável principal nesta interpretação, já que “as cidades médias fazem parte da dinâmica territorial de uma vida de relações que as integra, com maior ou menor intensividade, ao movimento do mundo e da formação sócioespacial.” (ARROYO, 2007, citado por SANTOS, 2009, p. 186)

A consolidação de Sorocaba como um grande centro econômico, estimulando a vinda de novos usuários em seu território urbano, contribui, juntamente com as ineficientes ações do poder público, para o decréscimo na qualidade de sua estrutura urbana. Considerando que os novos habitantes, assim como as indústrias, necessitam cada vez mais de equipamentos urbanos de uso coletivo e serviços, porém, o que se

presencia é a falta de políticas públicas eficazes que convirjam para manter uma estrutura urbana adequada a este crescimento demográfico.

No espaço urbano a conjuntura acréscimo populacional e planejamento urbano ineficiente é responsável pela geração de inúmeros impactos socioambientais, dentre eles merece destaque o padrão de crescimento periférico das cidades, que segundo Bolaffi (1975, p. 58) “aumenta as distâncias, encarece os investimentos para a implantação de serviços públicos, eleva os custos de operação e de manutenção e reduz o aproveitamento per capita dos equipamentos existentes.”

Neste ritmo a cidade se expande apresentando um caráter contraditório, sendo sua estrutura um produto de crescentes desigualdades que são materializadas no espaço urbano, o que permite, deste modo, a constatação da fragmentação do território, composto de um lado por áreas que possuem qualidade e quantidade em infraestrutura e serviços, e por outro pela escassez destes equipamentos. Assim, o espaço urbano se assemelha a um rico mosaico, como explica Corrêa (2001):

Constituído pelo núcleo central, a zona periférica do centro, áreas industriais, subcentros terciários, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo, como as favelas e os condomínios exclusivos, áreas de lazer e, entre outras, aquelas submetidas à especulação visando futura expansão. (p. 146).

Esta divisão do território urbano em partes interfere significativamente nas formas de uso e ocupação do solo urbano, sendo necessário compreender que a apropriação do solo vai depender do poder aquisitivo das pessoas. Neste caso, as áreas com melhores condições quanto à infraestrutura e serviços são destinadas, quase que exclusivamente, a população mais abastada. Isto porque cada parte do território apresenta um valor, pautado por sua disposição de equipamentos urbanos, já que estes não são distribuídos homogeneamente pela cidade. Portanto, a “cidade capitalista confere a cada um o “seu lugar”, visto que a configuração do urbano tende a reproduzir as classes do capitalismo.” (RODRIGUES, 1988, p. 32)

EXPANSÃO PERIFÉRICA EM SOROCABA: A EXTORSÃO DO DIREITO À CIDADE.

Foi demonstrado anteriormente que a apropriação no espaço urbano ocorre mediante ao pagamento da propriedade privada do solo, constituindo assim, a fragmentação do espaço urbano, sendo que cada parte possui uma característica quanto

à presença ou não de equipamentos urbanos de uso coletivo, sendo as áreas dotadas de melhor poder aquisitivo destinadas, geralmente, a população mais rica.

Em Sorocaba esta característica de ocupação do solo urbano não se difere, já que as classes mais abastadas se apropriam dos locais que despertaram o interesse do poder público, como também do mercado imobiliário, permitindo então, a reprodução do capital. Portanto, nas regiões urbanas habitadas pela elite financeira ocorrem constantes interferências do poder público, responsáveis por viabilizar novos empreendimentos aliado ao desenvolvimento de equipamentos urbanos favoráveis a reprodução da vida. Assim, o mercado imobiliário aproveita-se destas vantagens locais para expandir o número de empreendimentos nestas áreas. Dentre as regiões do zoneamento de Sorocaba que se evidenciam estas características, isto é, que oferecem as melhores condições relacionadas à infraestrutura urbana e serviços é a zona Sul. Por outro lado, se presencia na zona Norte os piores indicadores estruturais e socioeconômicos da cidade, destacando o grande avanço da ocupação periférica, materializada pela construção de conjuntos habitacionais de interesse social e loteamentos privados.

O mapa a seguir demonstra a distribuição da população urbana de acordo com o rendimento familiar dos moradores. Tal representação facilita a compreensão da fragmentação do espaço em Sorocaba, já que se concretiza uma segregação sócioespacial muito forte que se confirma nas contradições de sua estrutura urbana.

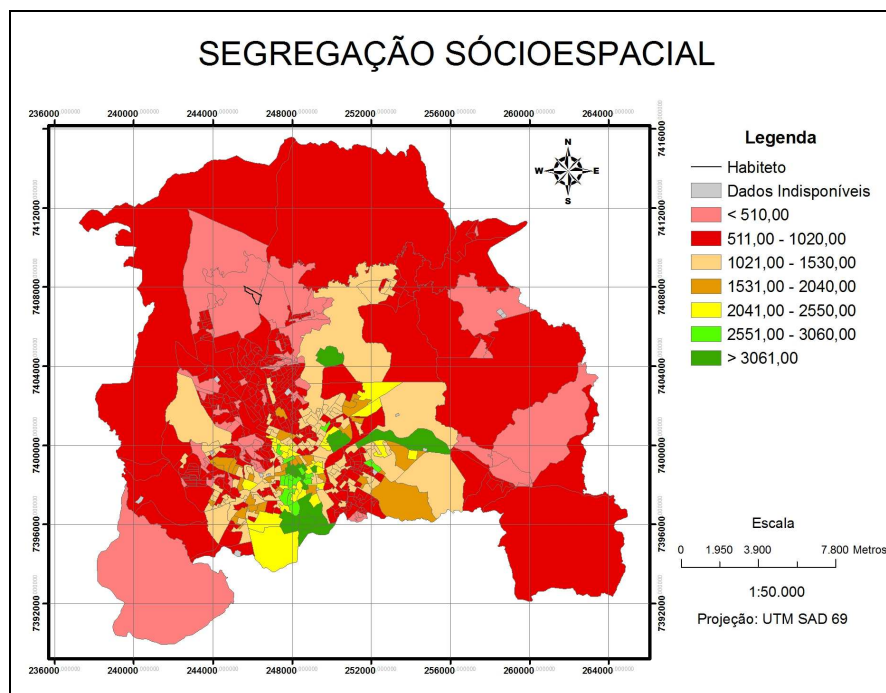


Figura 3: Fragmentação do espaço urbano de Sorocaba de acordo com os rendimentos de seus moradores. (Fonte: Plano Diretor 2005/Censo 2000. Elaborado por: Eder Roberto e Felipe Comitre).

Ao se analisar a expansão da ocupação periférica em Sorocaba, torna-se fundamental, compreender o processo de urbanização acelerada no município, que ocorreu em conjunto com o crescimento populacional do mesmo. Pois, como já foi discutido anteriormente, a partir da década de 70 com o processo de desconcentração industrial da capital para cidades do interior paulista, houve o estímulo a industrialização em Sorocaba, originando, deste modo, um crescimento significativo da população urbana durante as décadas de 80 e 90. Entretanto, a difusão e consolidação de novos equipamentos urbanos não acompanharam o ritmo do crescimento populacional, ocorrendo assim um déficit de infraestrutura e de serviços urbanos, com destaque para o setor habitacional e de transportes.

Portanto, muitos dos novos habitantes que se deslocaram para a cidade de Sorocaba, ou mesmo os moradores que foram marginalizados pelas sucessivas transformações socioeconômicas locais, não tiveram condições de habitar nas áreas permissivas à reprodução da vida com o mínimo de dignidade. Restando-lhes apenas as áreas periféricas, marcadas pelo total abandono com relação à atuação do poder público e do setor privado, formando territórios urbanos sem o mínimo de infraestruturas, assemelhando-se mais a áreas rurais que propriamente as da cidade. São nestes locais

que se desenvolvem as moradias irregulares, marcadas pela construção de favelas, loteamentos em áreas inapropriadas ambientalmente e também por conjuntos habitacionais de “fins sociais”.

Lefebvre (2001) elucida como os antigos trabalhadores rurais, que foram “expulsos” para as cidades, concretizam sua necessidade de morar no espaço urbano, afirmando que:

“Nos países ditos “em via de desenvolvimento”, a dissolução da estrutura agrária empurra para a cidade camponeses sem posses, arruinados, ávidos de mudança; a favela os acolhe e desempenha o papel de mediador (insuficiente) entre o campo e a cidade, entre a produção agrícola e a indústria; freqüentemente a favela se consolida e oferece um sucedâneo à vida urbana, miserável e no entanto intensa, àqueles que ela abriga.” (p. 80 e 81)

São as favelas e outros tipos de ocupação irregular que permitem a fixação de grande contingente populacional no espaço urbano, assim, Maricato (2002, p. 39) defende que “o processo de urbanização se apresenta como uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente.” Em Sorocaba, especificamente, o processo de favelização apresentou acréscimo numérico no final da década de 70 e início dos anos 80, atingindo uma taxa de 2% da população urbana (ZIMMERMANN, 1992, citado por MEIRA, 2006).

Durante o final da década de 80 e início de 90, Sorocaba presenciou um ritmo acelerado de crescimento periférico, possuindo o respaldo de projetos públicos e também privados. A construção de loteamentos em periferias apresentou grande ápice neste período, merecendo destaque a construção de conjuntos habitacionais de interesse social e pela difusão de loteamentos privados. Nas periferias urbanas tornam-se visíveis a falta de planejamento urbano de qualidade, negando-se, de tal modo, a justiça social e causando a proliferação a quantidade de barracos, favelas, doenças e outros problemas sócioambientais. Corrêa (2001) explana sobre a explosão da periferia popular nas metrópoles, alertando sobre as formas de organização do espaço nestes locais; sendo pertinente ressaltar que estas condições também são visíveis em Sorocaba.

“No processo de expansão da periferia metropolitana três formas de organização do espaço são evidenciadas: os loteamentos populares e a autoconstrução, os conjuntos habitacionais do Estado e as favelas. Cada uma delas tem um significado distinto, mas todas colocam à tona a pobreza da organização do espaço e os numerosos problemas que a literatura já colocou em evidência: o tempo imposto nos precários meios de transporte, ausência de equipamentos de consumo coletivo, as epidemias constantes, o “esquadrão da morte” etc.” (p. 177)

Todas as formas de produção de moradias nas periferias urbanas populares são demarcadas pela extorsão dos equipamentos urbanos de uso coletivo de seus moradores, e que Kowarick (1983) denomina este processo de espoliação urbana. O poder público interfere, muitas vezes, para a dispersão da ocupação urbana, criando os conjuntos habitacionais de interesse social situados, geralmente, nas periferias urbanas. Em Sorocaba esta política habitacional, que foi muito freqüente no período do Banco Nacional de Habitação (BNH), durante os anos de 1964 a 1986, se repete. Dentre os planos habitacionais destinados a população de baixo poder aquisitivo, ocorridos no município no decorrer das últimas décadas, o “Projeto de Desfavelamento de Sorocaba” foi dos mais relevantes, e que resultou na criação do Conjunto Habitacional Ana Paula Eleutério. Corrêa (2001) afirma que “os monótonos e mal-acabados conjuntos habitacionais construídos pelo Estado estão cada vez mais presentes na paisagem da periferia.” (p. 161).

O Projeto de Desfavelamento de Sorocaba, criado em 1997 pela prefeitura municipal, consistiu na retirada da população que abrigava as favelas e as áreas de risco distribuídas em seu território urbano, deslocando-as para lotes distantes da região central, na periferia da zona Norte, com o objetivo de melhorar as condições de vida da população “beneficiada” pelo programa. Inicialmente foram remanejadas aproximadamente 500 famílias, contudo, o conjunto habitacional que, atualmente, se transformou num bairro popular, conta com mais de 6.000 mil moradores (GERETTI, 2008). Deve-se salientar que a prefeitura forneceria os lotes urbanos e as moradias seriam construídas pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbana (CDHU). Entretanto, a companhia estadual não concordou com a área cedida pela prefeitura, por considerar fora dos padrões exigidos pelo programa. Assim, na prática, ocorreu apenas uma transferência de “barracos”, que outrora se encontravam distribuídos pela cidade, para a periferia distante.

A forma de apropriação do espaço urbano, na periferia da zona Norte de Sorocaba, realiza-se, em considerável medida, pela difusão de conjuntos habitacionais. Construídos em áreas de risco, e caracterizados pela falta de equipamentos urbanos, estes conjuntos se tornaram espaços desprezados pelas atuações do poder público, restando apenas para a ocupação das camadas mais pobres da sociedade.

O poder público, nestes casos, atua mantendo os interesses das estratégias imobiliárias e do grande capital, visando, sobretudo, à acumulação, circulação e reprodução do capital. Isto porque, por meio de uma política pública torna-se possível valorizar algumas áreas na cidade, pautada pela remoção de favelas distribuídas pelo espaço urbano, evitando a degradação e a desvalorização destes locais. Segundo Santos (1994, p.126) “Cada parcela do território urbano é valorizada (ou desvalorizada) em virtude de um jogo de poder exercido ou consentido pelo Estado.”

Após a consolidação do Conjunto Habitacional Ana Paula Eleutério, disseminou-se a construção de loteamentos privados em suas proximidades, voltados, primordialmente, a população de menor poder aquisitivo. Portanto, percebe-se um avanço nas condições de habitabilidade nesta região periférica da cidade, devido a crescente melhoria em infraestrutura e serviços.

Sendo assim, a periferia urbana da zona Norte de Sorocaba apresenta-se como o local de ocupação da classe de menor poder aquisitivo da cidade, fundamentada pela precária condição em equipamentos urbanos, no qual seus habitantes são relegados de seu direito à cidade. Como relata Lefebvre (2001), “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada.” (p. 117 e 118)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi abordado como o crescimento populacional aliado a um déficit de políticas públicas eficientes é responsável pela geração de uma estrutura urbana contraditória, composta pela fragmentação do espaço que se difere, essencialmente, pela abundância e escassez de serviços e infraestrutura inerentes a vida na cidade. A apropriação destas contrastantes partes do território urbano é possível de acordo com a posição que a população se situa na divisão social do trabalho, isto é, a depender de seu poder aquisitivo.

É notável que concomitante com o processo de desconcentração industrial da capital paulista em direção as regiões interioranas do estado, Sorocaba consolidou-se como uma cidade média, e passou a sofrer inúmeros problemas urbanos, especialmente pela falta de equipamentos urbanos de uso coletivo para todos seus habitantes, sendo as áreas dotadas de tais benfeitorias destinadas para as classes mais elitizadas

financeiramente, afetando assim na dinâmica urbana e estimulando o crescimento periférico no município.

Neste contexto, discutiu-se como o poder público interfere na expansão das periferias, analisando uma política habitacional realizada no município de Sorocaba, na segunda metade da década de 1990. Demonstrando que por meio de políticas públicas o Estado consegue planejar e modificar o espaço de acordo com seus interesses, analisando, que estes, muitas vezes, convergem com os ideais do mercado imobiliário em detrimento dos sociais. Pois a apropriação do espaço em periferias urbanas é um dos aspectos que mais fomentam a geração de problemas urbanos, já que o poder público aumenta seus gastos com a distribuição de equipamentos urbanos, que deve abarcar cada vez mais um território mais extenso. E também ocasionam a produção de um espaço desigual, no qual a sociedade é extorquida dos direitos básicos essenciais para a vida na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, T. A., SERRA, R. V. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, mar.1998 (Texto para Discussão, 554).

ANDRADE, T. A; SERRA, R. V; SANTOS, D. P. Pobreza nas cidades médias brasileiras. In: ANDRADE, T.A; SERRA, R.V (orgs). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 252 – 293.

BOLAFFI, G. **Habitação e Urbanismo: O problema e o falso problema**. In: MARICATO, E. (org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

CLEPS, G. D. G. **A desconcentração industrial no estado de São Paulo e a expansão do comércio e do setor de serviços**. Caminhos de Geografia, Uberlândia, junho, p. 66 – 89, 2003.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

GERETTI, M. **Mulheres comandam o Habitemo**. Bom Dia, Sorocaba, 13 de jul. 2008.

GÜELL, J.M.F. **Planificación estratégica de ciudades**. Barcelona: editorial Gustavo Gili S/A, 1997. 239 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2000.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINE, G. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, R.B.; SILVA, P.L.B. (orgs). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: ed. Fundap/Edunesp, 1995. p. 61 - 91.

MATOS, R. Fluxos migratórios regionais no Brasil contemporâneo: descrição e análise. In: GONÇALVES, M.F.; BRANDÃO, C.A.; GALVÃO, A.C. (orgs). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Edunesp/Anpur, 2003. p. 229 - 270.

MEIRA, S. I. **Planejamento e Gestão Urbanos em Sorocaba-SP: análise das políticas públicas de habitação popular**. R. RA'EGA, Curitiba, n. 12, p. 59-72, 2006. Editora UFPR.

RODRIGUES, A. M. **Na procura do lugar o encontro da identidade – Um estudo do processo de ocupação de terras: Osasco**. 333 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988.

SOUZA, M. L.. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SPOSITO, M. E. B. **Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do estado de São Paulo, Brasil**. Investigaciones Geográficas, Universidad Nacional Autónoma de México, Distrito Federal, México. Agosto, n. 54, p. 114 – 139, 2004.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994. 157 p.

SANTOS, C. D. **A formação e produção do espaço urbano: discussões preliminares acerca da importância das cidades médias para o crescimento da rede urbana brasileira**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté. Jan – abr, v. 5, n. 1, Taubaté. p. 177 – 190, 2009.

SATHLER, D; MIRANDA, V. F. O. **Desconcentração demográfica paulista: novas aglomerações metropolitanas, cidades médias e a emergência de pequenos municípios**. XV Encontro de Estudos Populacionais, Caxambu. Setembro, 2006.